

CERTEZAS E MISTÉRIOS DO 11 DE MARÇO DE 1975

A conspiração spinolista

Ao findar 1974, o MFA (Movimento das Forças Armadas) já não escondia as fracturas ideológicas que, desde a hora da vitória, se haviam produzido no seu seio. Enquanto à direita se agrupavam os incondicionais seguidores do general Spínola e seus aliados de ocasião, a esquerda dividia-se entre os moderados, liderados ideologicamente por Melo Antunes, os vanguardistas de Vasco Gonçalves, próximos do PCP, e uma tendência populista e basista que tinha em Otelo Saraiva de Carvalho a principal figura de referência. No início de 1975, as diversas tendências, militares e civis, preparavam-se para travar os combates que decidiriam o rumo da revolução. A regulação da economia do país, a questão da unidade/unicidade sindical, a descolonização e a institucionalização do MFA geravam grande parte da agitação que emergia, cada vez mais às claras, nos meios políticos, nas movimentações de rua e nos quartéis. Retirado em Massamá, Spínola aguardava o momento propício para regressar à política activa. Em fins de Outubro, recorda o comandante Alpoim Calvão, «mandou-me chamar (...) para que o ajudasse a fazer uma coisa que acabasse com aquela situação de anarquia. Por isso preparámos uma intervenção militar para acabar com a comunistização do país».¹

Em finais de Janeiro, o plano spinolista encontrava-se delineado, visando dois objectivos distintos. O primeiro apontava para a tomada do palácio de Belém, com o que esperavam neutralizar o Presidente Costa Gomes e os membros do Conselho dos Vinte, órgão de cúpula do MFA que aí reunia regularmente. Desta parte do plano se encarregaria Calvão que, para o efeito, contava com a colaboração da guarda ao palácio, então a cargo das tropas pára-quedaistas. O golpe seria desencadeado num dia em que fosse comandante da guarda o capitão Ramos, ex-ajudante de campo de Spínola. O segundo objectivo era mais amplo e visava submeter as unidades militares consideradas próximas dos radicais do MFA. Contavam, para o efeito, com as tropas dos Comandos, Pára-quedaistas e EPC (Escola Prática de Cavalaria). Desde o início que se estimava como certa a necessidade de dominar pela força o RAL1 (Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1), unidade onde predominava a corrente afecta a Vasco Gonçalves e ao PCP.

A conspiração, no entanto, não logrou progredir a coberto do secretismo que os objectivos pretendidos imporiam. O serviço de informações da RMN (Região Militar do Norte) identificaria, no final de Janeiro, uma organização de extrema-direita – ELP, Exército de Libertação de Portugal –, cujos objectivos visavam o derrube violento do poder instalado após o 25 de Abril. O golpe spinolista em preparação era matéria que, naturalmente, lhes não era desconhecida. Tudo indica, mesmo, que os contactos entre os dois grupos conservadores eram feitos sem que, de parte a parte, se escondessem os objectivos que cada um se propunha atingir. Só assim se compreende que, anos mais tarde, Alpoim Calvão tenha afirmado que «o ELP propunha-se finalidades e formas de actuação com que não concordávamos. Só nos unia o anticomunismo, factor importante, mas não suficiente.»² Implantado sobretudo no Norte do país, contava entre as suas figuras de topo diversas personalidades de relevo da vida política, económica e cultural do Estado Novo, dispondo de apoios importantes baseados em Espanha. Não é de estranhar, portanto, que ao serviço de informações da RMN tenham ido parar a maior parte das notícias respeitantes à organização. Assim, posso testemunhar que, em 17 de Fevereiro de 1975, a RMN ficou a saber que estava iminente o desencadeamento do golpe. Em

¹ JOSEP SÁNCHEZ CERVELLÒ, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1993, p. 218.

² ALPOIM CALVÃO, *De Conackry ao M.D.L.P.*, Ed. Intervenção, Lisboa, 1976, p. 146.

22 de Fevereiro, a RMN obtém novas notícias. Os revoltosos esperariam forte apoio da GNR e da PSP, em todo o Norte do país, e uma posição maioritariamente passiva por parte das unidades do Exército. No Sul, contariam com as unidades de Tancos, Santa Margarida e diversas unidades da guarnição de Lisboa, exceptuando o RL2 (Regimento de Lanceiros 2) e o RAL1. Tinham como certa, igualmente, a colaboração de «grupos de comandos», para a neutralização do RL2, e, da Força Aérea, para anular a capacidade operacional do RAL1. Aqui, no entanto, os conspiradores tinham sido confrontados com a relutância dos pilotos em bombardear camaradas, preferindo a execução de voos rasantes, de intimidação. No entanto, se durante esses voos o RAL1 efectuasse fogo anti-aéreo, os pilotos já não teriam dúvidas em ripostar adequadamente. Face a este condicionamento, o grupo organizador do golpe estava determinado a instalar nas proximidades do RAL1 uma metralhadora Browning para atirar sobre os aviões e provocar a desejada acção sobre o quartel.

Conhecedor da progressão da conspiração, o bloco antispinolista do MFA denotou, desde logo, a intenção de vigiar os adversários sem, contudo, actuar preventivamente contra eles. Adoptava-se, assim, uma estratégia diferente da seguida por ocasião do 28 de Setembro e que, embora vitoriosa, dera azo a que as forças de direita afirmassem que tudo não passara de uma «inventona». Desta vez, esperar-se-ia até que os revoltosos se revelassem à luz do dia. Não podendo admitir, todavia, que se pusesse em perigo o Presidente da República, a partir de 26 de Fevereiro foi o capitão Ramos afastado da guarda a Belém. O seu substituto para a participação no golpe seria, todavia, rapidamente encontrado. Tratava-se do capitão Valente que, por escala, comandaria a guarda a 1 de Março. Novo contratempo surgiria, porém, quando o referido oficial se viu destacado para um exercício, cujo eventual adiamento poderia levantar suspeitas. Um substituto de última hora, tendo-se comprometido, num primeiro contacto, a colaborar, acabaria por recusar a missão, ficando definitivamente comprometida a hipótese de a acção ocorrer a 1 de Março.

A provocação da «Matança da Páscoa»

É ao findar a primeira semana de Março que surge, nos meios da direita radical, a notícia de que uma «Matança da Páscoa» estaria a ser preparada pelos comunistas e seus aliados do MFA. Dela seriam vítimas inúmeros cidadãos conotados com os sectores de direita e teria como objectivo uma ainda maior radicalização da revolução, levando à não-realização do acto eleitoral para a Assembleia Constituinte. Sendo certo que, até hoje, se não provou como verdadeira a intenção do referido morticínio, não é de excluir que o terrível boato tenha partido de uma facção das forças antispinolistas, exactamente para provocar uma reacção pouco pensada. De resto, quem conhecesse o carácter dominante dos militares próximos de Spínola não poderia duvidar da propensão dos mesmos em se defenderem... atacando, ainda que não convenientemente preparados. Assim, através do que parece ter sido uma hábil infiltração em diversos serviços de informações europeus, a notícia haveria de chegar aos interessados, provindo de diferentes países. O Eng.º Santos e Castro, por exemplo, receberia a notícia, em Madrid, da boca do próprio chefe do governo espanhol, Árias Navarro.

Alpoim Calvão, que, ao tomar conhecimento da alegada «matança», se juntaria, em Tancos, ao general Spínola, recorda que, na noite de 10 para 11 de Março, ao chegar à base aérea, foi encontrar «uma desorganização total, não porque o general Spínola não tivesse dado nenhuma ordem, mas sim porque lhe haviam dito que estava tudo preparado».³ Por seu turno, o major Mira Mensurado, que comandou o batalhão de pára-quedistas envolvido nas acções de 11 de Março, lembraria, assim, os acontecimentos desse dia: «Quando o general Spínola mandou cancelar o golpe preparado para o dia 1, eu desmobilizei o meu batalhão que tinha acabado de fazer umas manobras e que devia entrar de férias. (...) Pode parecer espantoso, mas

³ J. S. CERVELLÒ, *Ibidem*, p. 224.

não soube de nada até às quatro da madrugada, quando me acordaram no Regimento e me pediram que fosse a uma reunião que se fazia dentro da própria base, em que estava o general Spínola, o comandante da Região Militar de Tomar e outros oficiais que me disseram que a EPC estava preparada para sair, outros diziam o mesmo dos Comandos e outros manifestaram-se em idêntico sentido a respeito de Cavalaria 7. Quando me inteirei do que queriam fazer disse-lhes que seria um erro. Durão (comandante do regimento) deu-me razão, dizendo-me: «Já falei com o nosso general e disse-lhe que as nossas tropas estão de férias, que não temos tropas para sair (...) Mas a ordem é de sair, pelo que temos de ser nós a dar o exemplo». Ainda fiz uma pergunta: «Quem vai tomar as emissoras e a TV?». Durão respondeu-me: «Não te metas nisso, porque foi tudo planeado por eles, e dizem que sairão se nós o fizermos primeiro, toda a tropa está preparada para sair se os pára-quedistas saírem em primeiro lugar». Quando me pôs assim o problema, saí eu primeiro».⁴

Por volta das 11h50m, uma força de pára-quedistas, apoiada por aviões e helicópteros da Força Aérea, atacava o RAL1, vindo a provocar 1 morto e 18 feridos. A breve trecho, a intervenção, no terreno, de alguns elementos do MFA, à civil, levou à suspensão do ataque. Seguidamente, na presença de uma equipa de televisão da RTP que, rapidamente, apareceu no local da refrega, encetaram-se, nos terrenos adjacentes ao quartel, negociações entre os dois comandantes. O testemunho da TV servia excelentemente a estratégia de dar grande visibilidade à intentona. Assim, o capitão pára-quedista Sebastião Martins, participante na parlamentação, quando perguntado sobre os motivos do ataque ao RAL1, dizia: «Há um certo número de altas individualidades que não estão contentes com a maneira como está a ser conduzida a democracia no nosso país». Depois, tendo o representante do RAL1, major Dinis de Almeida, concluído que, então, tratar-se-ia de um golpe de estado, o capitão Martins afirmaria que não era tal. Tratava-se, tão-somente, de criar as condições que permitissem a realização das eleições para a Assembleia Constituinte.

Perante o insólito desenrolar dos acontecimentos, foi fácil convencer o major Mensurado de que só as suas tropas haviam saído para a acção. Dirigiu-se, então, ao Estado-Maior da Força Aérea, com o objectivo de falar com o respectivo Chefe, general Mendes Dias. «Quando entrei no edifício do CEMFA», recorda Mensurado, «fui dar com todos preocupadíssimos, porque estavam metidos no golpe. Toda a Força Aérea estava com o golpe. Dali telefonei ao coronel Durão que me disse: «Mensurado, fomos traídos, mais ninguém saiu, mas tu aguenta-te firme. Não sei o que se pode fazer, embora esperemos que alguém faça alguma coisa. Nós cumprimos a nossa missão.»⁵

Entretanto, na periferia do RAL1, o ajuntamento de populares afectos aos partidos de esquerda lograra desmobilizar a maior parte das praças pára-quedistas, levando-as a marchar pacificamente ao encontro dos camaradas que, pouco antes, haviam atacado. Seguiu-se uma emocionada cena de reconciliação, com troca de abraços e lançamento de palavras de ordem. Perante este panorama, não restou ao contingente pára-quedista outra solução que não fosse o regresso a Tancos, assumindo, sem rodeios, o fracasso do golpe. Ao princípio da tarde, o próprio general Spínola reconhecia a derrota e fazia-se transportar, de helicóptero, para a vizinha Espanha.

À espera da história

Uma versão razoavelmente verosímil do ardil que viria a provocar a precipitada acção de 11 de Março chegou até nós através de Carlos Antunes, dirigente do PRP/BR. Segundo ele, realizara-se em 9 de Março, na sede da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, uma reunião na qual haviam participado vários oficiais ligados ao RAL1, à 5.^a Divisão do EMGFA e à

⁴ J. S. CERVELLÒ, *Ibidem*, pp. 224-225.

⁵ *Ibidem*, p. 226.

Armada. Nessa reunião, fora transmitida a informação – repare-se que não é dito que foi aí que se tomou a decisão – de que se faria correr o boato da presença no RAL1 de guerrilheiros Tupamaros e elementos da LUAR, com o objectivo de desencadear uma «Matança da Páscoa». O PRP/BR teria sabido desta reunião «por um elemento da nossa organização que trabalhava ali, o segundo-tenente Guerra, que mais tarde seria afastado do serviço por gente ligada ao PCP. Quando soube que estavam a bombardear o RAL1 fui para lá dizer a Dinis de Almeida que era uma vergonha, porque o tinham feito eles. Muito perturbado disse-me que não dissesse nada. Em troca deu-me diverso armamento».⁶

No mesmo sentido aponta César Oliveira, quando recorda: «No domingo anterior ao 11 de Março (...) o João Cravinho, o Francisco Soares e eu próprio fomos solicitados por um oficial de Marinha, membro da Comissão Coordenadora, para um encontro (...) Pedia-nos o dito oficial – cujo nome omito, por estar, ao que sei, ainda no activo – que elaborássemos uma lista de nacionalizações que teria de estar pronta na quarta-feira seguinte [12.03]. Olhámo-nos espantados, insistimos na pergunta sobre o imperativo de «ter de ser» na quarta-feira seguinte e, sem qualquer compromisso da nossa parte, despedimo-nos do oficial do MFA. Ficámos, por um momento, quietos e mudos e de repente, creio que o Francisco Soares, quase murmurou, meio engasgado: então sempre vai haver um golpe militar!»⁷

Como quer que seja, é ainda cedo para determinar toda a verdade sobre o que então se passou. As razões da não-participação do Regimento de Comandos e das unidades de Cavalaria – a arma de origem de Spínola –, estão envoltas no nevoeiro das conveniências. Esta reserva resulta, certamente, de sentimentos de camaradagem que impedem a descrição de uma verdade que, em si mesma, poderia conter acusações, críticas e atabalhoadas desculpas capazes de abrir feridas entre companheiros de armas que se estimam. É significativo, de resto, que o próprio Spínola tenha escrito, ainda no exílio, que «o esclarecimento completo dos acontecimentos do 11 de Março será feito num próximo livro»⁸, livro esse que jamais publicaria. No entanto, é hoje possível afirmar, sem grande margem de erro, que o 11 de Março de 1975 foi uma tentativa de golpe de estado das forças conservadoras lideradas por António de Spínola, com o objectivo de afastar do poder os elementos do MFA que dominavam o Conselho dos Vinte. Amadurecida ao longo de cinco meses, pressupunha, desde o início do seu planeamento, o ataque ao RAL1, como se comprova pelas notícias obtidas pela RMN, bem antes da circulação do boato sobre a «Matança da Páscoa». Nesta perspectiva, a «provocação» artilosa terá constituído o aproveitamento de um claro desejo de intervenção e não, como se pretendeu fazer crer, o motivo determinante da mesma. As consequências políticas do fracasso do golpe ajudariam, de resto, a credibilizar esta versão romântica de «legítima defesa» que, em grande medida, haveria de facilitar a reabilitação de António de Spínola e dos seus seguidores, rapidamente convertidos, pelos sucessos da revolução, em infortunadas vítimas dos novos vencidos. Só que, na realidade, História e Política não são exactamente a mesma coisa.

David Martelo

Publicado no JN em 11-03-2000

⁶ *Ibidem*, p. 225.

⁷ CÉSAR OLIVEIRA, *Os anos decisivos*, Editorial Presença, Lisboa, 1993, p. 162.

⁸ ANTÓNIO DE SPÍNOLA, *Ao serviço de Portugal*, Ática/Bertrand, Lisboa, 1976, p. 19.